



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A Administração Municipal necessita, por meio do Departamento de Arrecadação, promover a confecção dos carnês de lançamento e arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), relativos ao exercício financeiro de 2026.

1.2. A emissão e a disponibilização dos carnês de IPTU constituem etapa indispensável para a formalização da cobrança do crédito tributário municipal, possibilitando a adequada notificação dos contribuintes e a efetiva arrecadação de receitas próprias, em conformidade com a legislação tributária aplicável.

1.3. A disponibilização dos carnês em formato físico permanece necessária, tendo em vista a necessidade de assegurar a ampla ciência dos contribuintes quanto ao lançamento tributário, bem como atender parcela significativa da população que ainda depende do documento impresso para realização dos pagamentos, sem prejuízo das alternativas digitais eventualmente disponibilizadas pela Administração.

1.4. O serviço demandado possui natureza técnica específica, envolvendo a impressão de documentos com dados variáveis (tais como identificação do contribuinte, dados do imóvel e valores lançados), além de etapas de acabamento gráfico, como corte, montagem e grampeamento dos talões, devendo ainda observar prazos rigorosos compatíveis com o calendário fiscal do Município.

1.5. Considerando também a inexistência de estrutura própria suficiente — tanto em termos de maquinário quanto de recursos humanos especializados — para a execução do objeto em escala e com o nível de qualidade exigido, a administração busca a identificação da alternativa mais adequada para o atendimento do interesse público, observados os princípios da eficiência e da economicidade.

2. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

2.1. A Administração Pública está em processo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), que alterou significativamente o regime jurídico das contratações públicas, portanto o PCA ainda está em fase de elaboração para posterior publicação.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar e analisar as possíveis soluções disponíveis para a confecção de aproximadamente 35.500 (trinta e cinco mil e quinhentos) carnês de IPTU, contendo dados variáveis e acabamento gráfico.



3.2. A partir da análise realizada, foram identificadas as seguintes alternativas de atendimento à necessidade administrativa:

3.2.1. Execução direta pela Administração: Consiste na utilização de equipamentos e mão de obra da própria Prefeitura para impressão, organização e montagem manual dos carnês.

I. Vantagens:

- a) Dispensa de procedimento licitatório para contratação de terceiros;
- b) Controle direto sobre o manuseio das informações.

II. Desvantagens:

- a) Inviabilidade técnica e econômica, considerando o elevado custo por impressão em equipamentos de escritório e a necessidade de grande volume de insumos;
- b) Ausência de equipamentos adequados para realização de acabamento em escala (corte, alceamento e grampeamento);
- c) Risco operacional relevante, com desvio de servidores de suas atribuições principais e alta probabilidade de comprometimento do calendário fiscal;
- d) Maior suscetibilidade a falhas operacionais em função do processamento manual.

3.2.2. Contratação de gráfica de pequeno porte (serviço convencional): Consiste na contratação de empresa gráfica sem estrutura industrial voltada ao processamento de dados variáveis em larga escala.

I. Vantagens:

- a) Possibilidade de fomento à economia local;
- b) Facilidade de comunicação em razão da proximidade geográfica.

II. Desvantagens:

- a) Limitação tecnológica para processamento automatizado de grande volume de dados variáveis, podendo comprometer a integridade das informações;
- b) Ausência de parque gráfico compatível com produção em escala e com os padrões de acabamento exigidos;
- c) Maior risco de erros de paginação, montagem e vinculação de dados, bem como de descumprimento dos prazos estabelecidos pelo calendário tributário.

3.2.3. Contratação de empresa especializada em impressão gráfica (produção industrial completa): Consiste na contratação de empresa com capacidade técnica e operacional para executar integralmente o objeto, abrangendo o processamento de dados variáveis, impressão digital de alta produtividade, acabamento automatizado (alceamento, grampeamento e refil) e entrega dos carnês finalizados.

I. Vantagens:

- a) Execução por empresa com capacidade técnica comprovada e estrutura compatível com a demanda;



- b) Processamento automatizado dos dados variáveis, reduzindo significativamente o risco de falhas humanas e assegurando maior confiabilidade das informações;
- c) Ganho de escala, proporcionando melhor relação custo-benefício;
- d) Atendimento tempestivo dos prazos estabelecidos pelo calendário fiscal;
- e) Possibilidade de estabelecimento de requisitos contratuais relacionados à segurança da informação, em conformidade com a legislação aplicável.

II. Desvantagens:

- a) Necessidade de adequada gestão e fiscalização contratual, especialmente quanto à validação de amostras e conferência dos produtos;
- b) Dependência de fornecedor externo para execução do serviço.

3.3. A análise comparativa das alternativas evidencia que a execução direta pela Administração mostra-se tecnicamente e economicamente inviável, enquanto a contratação de gráfica de pequeno porte apresenta riscos relevantes quanto à qualidade, precisão das informações e cumprimento de prazos.

3.4. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada em impressão gráfica configura-se como a solução mais adequada para o atendimento da necessidade administrativa, por reunir condições técnicas, operacionais e econômicas compatíveis com a complexidade do objeto.

3.5. A escolha da solução observa os princípios da eficiência e da economicidade, bem como o dever de planejamento previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, assegurando maior confiabilidade no processamento dos dados, qualidade do produto final e cumprimento dos prazos necessários à arrecadação tributária municipal.

4. ESTIMATIVAS DE VALOR E QUANTIDADES

4.1. Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 47.314,40 (quarenta e sete mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos)**, conforme a pesquisa realizada na plataforma Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br/>).

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	15857	Confecção de Carnê de IPTU: Capa 4x0 cores Couché Fosco 115g, Miolo 10 folhas Offset 75g 1x0 cor, Grampeado, Dados Variáveis.	35.500	UN.	R\$ 1,3328	R\$ 47.314,40

4.2. No preço proposto já deverão estar inclusos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.



5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, com capacidade técnica e operacional para executar, de forma integral a confecção dos carnês de IPTU, compreendendo o processamento de dados variáveis, impressão em larga escala, acabamento gráfico e entrega final do material.

5.2. A execução do objeto terá início com o fornecimento, pela Administração, dos insumos necessários à produção, quais sejam:

a) arquivo contendo a arte gráfica do carnê, em formato digital editável ou fechado (PDF, JPG ou equivalente);

b) base de dados dos contribuintes, contendo as informações variáveis necessárias à individualização dos carnês, em formato estruturado (TXT, PDF variável ou outro compatível).

5.3. Compete à Contratada realizar o tratamento e processamento da base de dados fornecida, promovendo a correta mesclagem das informações variáveis com a arte gráfica, de modo a gerar arquivos individualizados para cada contribuinte, assegurando a integridade, consistência e legibilidade das informações.

5.4. Previamente à produção em escala, a Contratada deverá disponibilizar à Administração amostra física do carnê, representativa do produto final, para fins de validação quanto à diagramação, disposição das informações, qualidade de impressão e correção dos dados variáveis, sendo condição para o prosseguimento da execução a aprovação formal pela Administração.

5.5. Após a aprovação da amostra, a Contratada deverá proceder à impressão dos carnês em processo industrial compatível com o volume demandado, observando padrões adequados de qualidade, legibilidade e durabilidade.

5.6. A solução contempla, ainda, a realização de todas as etapas de acabamento gráfico necessárias, incluindo, no mínimo, o corte, alceamento, grampeamento e refile dos carnês, de forma a garantir a adequada apresentação e funcionalidade dos talões.

5.7. Os carnês deverão ser organizados, embalados e entregues no local indicado pela Administração, em condições que assegurem sua integridade física, observando-se os prazos estabelecidos no cronograma vinculado ao calendário tributário municipal.

5.8. A execução deverá observar, adicionalmente, requisitos relacionados à segurança da informação, especialmente no que se refere ao tratamento dos dados dos contribuintes, cabendo à Contratada adotar medidas que impeçam o acesso, uso ou divulgação indevida das informações, em conformidade com a legislação aplicável e com as diretrizes estabelecidas pela Administração.



5.9. A solução adotada permite a centralização da responsabilidade pela execução em um único fornecedor, favorecendo o controle contratual, a padronização do produto final e a mitigação de riscos operacionais, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A solução a ser contratada deverá contemplar a execução integral dos serviços necessários à confecção dos carnês de IPTU, compreendendo, no mínimo, o processamento de dados variáveis, a impressão em escala compatível com o volume demandado, o acabamento gráfico e a entrega final dos materiais.

6.2. A execução do objeto deverá assegurar a correta vinculação entre os dados variáveis fornecidos pela Administração e os respectivos carnês, garantindo a integridade, legibilidade e confiabilidade das informações impressas, considerando tratar-se de documentos utilizados para fins de arrecadação tributária.

6.3. A contratada deverá dispor de capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, especialmente quanto ao processamento de dados variáveis em larga escala e à execução de serviços gráficos em padrão industrial, aptos a atender ao quantitativo estimado e aos prazos estabelecidos.

6.4. A solução deverá assegurar padrão mínimo de qualidade do produto final, incluindo:

I. impressão nítida e legível, sem falhas, borrões ou inconsistências;

II. correta paginação e organização dos carnês;

III. acabamento adequado, com corte, alceamento e grampeamento que garantam a funcionalidade e durabilidade dos documentos.

6.5. A execução deverá observar prazos compatíveis com o calendário tributário municipal, constituindo requisito essencial da contratação, de modo a não comprometer o lançamento, a notificação dos contribuintes e a arrecadação das receitas.

6.6. A contratada deverá assegurar o sigilo e a proteção dos dados fornecidos pela Administração, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a prevenir acessos não autorizados, vazamentos ou utilização indevida das informações, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

6.7. A solução deverá contemplar a responsabilidade integral da contratada pela qualidade do produto final, incluindo eventuais correções necessárias decorrentes de falhas na execução dos serviços.

6.8. SUSTENTABILIDADE

6.9. Sempre que possível, deverão ser observadas práticas de sustentabilidade, especialmente quanto à utilização de insumos provenientes de fontes ambientalmente responsáveis



e à adequada destinação de resíduos gerados no processo produtivo, nos termos da legislação vigente.

6.10. SUBCONTRATAÇÃO

6.11. Não será admitida a subcontratação do objeto principal, considerando a necessidade de controle direto sobre as etapas críticas da execução, em especial o processamento de dados variáveis.

6.12. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.12.1. Não será exigida garantia de execução contratual.

6.13. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

6.13.1. Considerando a natureza do objeto, que envolve processamento de dados variáveis e impressão de documentos destinados à arrecadação tributária, mostra-se necessária a previsão de mecanismo de validação prévia da solução a ser contratada.

6.13.2. Nesse sentido, a Administração deverá exigir, na fase de seleção do fornecedor, a apresentação de amostra representativa do produto final, com a finalidade de verificar a capacidade técnica do licitante quanto à correta mesclagem dos dados variáveis, à qualidade da impressão e ao padrão de acabamento gráfico.

6.13.3. Tal medida visa mitigar riscos operacionais relevantes, especialmente aqueles relacionados a falhas na vinculação de dados, erros de impressão e inadequações no produto final, assegurando a adequada execução do objeto e o atendimento ao interesse público, em consonância com os princípios da eficiência e da segurança da contratação previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem, sempre que possível, ser parceladas, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção de melhores resultados para a Administração, desde que tal medida seja técnica e economicamente viável.

7.2. No presente caso, a análise técnica da solução demonstra a inviabilidade do parcelamento do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados — processamento de dados variáveis, impressão e acabamento gráfico — constituem etapas interdependentes de um único processo produtivo.

7.3. A eventual divisão do objeto entre diferentes fornecedores poderia comprometer a integridade e a correta vinculação dos dados variáveis, gerando risco de inconsistências entre as informações constantes nos carnês, o que impactaria diretamente a confiabilidade do documento utilizado para fins de arrecadação tributária.

7.4. Além disso, o parcelamento acarretaria aumento da complexidade na gestão contratual, com a necessidade de coordenação entre múltiplos executores, potencializando riscos de



falhas operacionais, atrasos na entrega e dificuldades na atribuição de responsabilidades por eventuais vícios do produto final.

7.5. Sob o aspecto econômico, a execução integrada do objeto por um único fornecedor tende a proporcionar ganhos de escala e maior eficiência produtiva, resultando em melhor relação custo-benefício para a Administração.

7.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único, com a atribuição integral da execução a um único fornecedor, mostra-se a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, assegurando a qualidade, a uniformidade e a confiabilidade dos carnês, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e segurança da contratação previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

8.1. A contratação pretendida visa assegurar a adequada operacionalização do processo de lançamento e arrecadação do IPTU, mediante a disponibilização tempestiva dos carnês aos contribuintes, em conformidade com o calendário tributário municipal.

8.2. Como resultado esperado, busca-se garantir a confiabilidade das informações constantes nos carnês, mediante correta vinculação dos dados variáveis e adequada qualidade de impressão, de modo a evitar inconsistências que possam comprometer a arrecadação ou gerar retrabalho administrativo.

8.3. Pretende-se, ainda, assegurar padrão adequado de qualidade do produto final, com documentos legíveis, organizados e em condições apropriadas de uso, contribuindo para a transparência da cobrança tributária e para a redução de demandas administrativas decorrentes de falhas materiais.

8.4. A contratação deverá garantir a segurança no tratamento dos dados dos contribuintes, com a adoção de medidas que impeçam o acesso indevido, vazamentos ou utilização inadequada das informações, em conformidade com a legislação aplicável.

8.5. Sob o aspecto da eficiência administrativa, espera-se a redução de riscos operacionais e de atrasos, mediante a execução do serviço por empresa especializada, com capacidade técnica compatível com a complexidade e o volume da demanda.

8.6. Do ponto de vista econômico, busca-se a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando o custo global da solução, com eliminação de despesas indiretas associadas à execução interna, tais como aquisição de insumos, manutenção de equipamentos e alocação de mão de obra.

9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

9.1. A execução do objeto implica a utilização de insumos gráficos e processos industriais que podem gerar impactos ambientais, especialmente relacionados ao consumo de recursos naturais e à geração de resíduos.



9.2. Dentre os principais impactos ambientais identificados, destacam-se:

- I. consumo de papel em larga escala, com potencial impacto sobre recursos florestais;
- II. geração de resíduos sólidos oriundos do processo produtivo, tais como aparas de papel, sobras de corte e materiais de embalagem;
- III. utilização de insumos químicos, como tintas e produtos utilizados no processo gráfico, com potencial impacto ambiental em caso de descarte inadequado;
- IV. consumo de energia elétrica nos processos de impressão e acabamento industrial

9.3. Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- I. utilização, sempre que possível, de papel proveniente de fontes responsáveis, certificadas ou recicladas, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- II. adoção de práticas de gestão de resíduos sólidos pela contratada, com destinação ambientalmente adequada das aparas de papel e demais resíduos gerados, preferencialmente mediante reciclagem ou reaproveitamento;
- III. cumprimento das normas ambientais aplicáveis quanto ao armazenamento, manuseio e descarte de insumos químicos utilizados no processo produtivo;
- IV. adoção de processos produtivos que busquem a eficiência no uso de recursos naturais, especialmente quanto à redução de desperdícios de papel e insumos;
- V. acondicionamento e transporte dos materiais de forma a evitar danos e perdas, reduzindo a necessidade de reimpressões.

9.4. Adicionalmente, a Administração poderá promover ações de conscientização junto aos contribuintes quanto ao descarte adequado dos carnês após sua utilização, incentivando a destinação para reciclagem, em consonância com as políticas públicas de gestão de resíduos sólidos.

9.5. As medidas previstas deverão observar, no que couber, a legislação ambiental vigente, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), bem como as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

10.1. Providências na fase de planejamento da contratação

10.1.1. Elaborar o Termo de Referência, com a adequada definição da necessidade, da solução e dos requisitos da contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

10.1.2. Elaborar a minuta do edital e do contrato, assegurando a coerência com os elementos definidos no planejamento.

10.1.3. Consolidar, revisar e validar a base de dados do IPTU, garantindo a consistência, integridade e compatibilidade das informações com os formatos exigidos para processamento (TXT, PDF variável ou equivalente).



10.1.4. Definir a arte gráfica dos carnês, incluindo layout, conteúdo e padrão visual a ser adotado.

10.1.5. Verificar a adequação orçamentária e a disponibilidade de recursos para a contratação.

10.2. Providências na fase de seleção do fornecedor

10.2.1. Conduzir o procedimento licitatório, assegurando a observância dos princípios da legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

10.2.2. Realizar a análise da documentação de habilitação e das propostas, inclusive quanto à capacidade técnica do licitante.

10.2.3. Promover a avaliação da amostra (prova de conceito), quando exigida, para verificação da aderência da solução às especificações estabelecidas.

10.3. Providências na fase de execução contratual

10.3.1. Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, definindo suas atribuições para acompanhamento da execução.

10.3.2. Acompanhar o processamento dos dados e a produção dos carnês, especialmente quanto à validação da amostra física antes da produção em escala.

10.3.3. Monitorar o cumprimento dos prazos contratuais, em consonância com o calendário tributário municipal.

10.3.4. Adotar mecanismos de controle quanto à segurança da informação, assegurando o adequado tratamento dos dados dos contribuintes.

10.4. Providências relacionadas ao recebimento e logística

10.4.1. Realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, com conferência quantitativa e qualitativa dos materiais entregues, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

10.4.2. Verificar a conformidade dos carnês quanto à qualidade de impressão, acabamento e correção dos dados variáveis, registrando eventuais inconsistências para adoção das medidas cabíveis.

10.5. Providências posteriores à execução

10.5.1. Organizar a distribuição dos carnês aos contribuintes, conforme estratégia definida pela Administração.

10.5.2. Registrar eventuais ocorrências verificadas na execução contratual, com vistas ao aperfeiçoamento de contratações futuras.

10.5.3. Promover a avaliação final da contratação, especialmente quanto ao atendimento dos resultados pretendidos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES



11.1. Para fins de adequada compreensão do contexto da contratação, identificam-se como contratações correlatas ou interdependentes aquelas que, embora distintas, mantêm relação direta com a execução ou com os resultados pretendidos do objeto.

11.2. Serviços de postagem e distribuição dos carnês

11.2.1. A efetiva entrega dos carnês aos contribuintes depende da existência de solução logística para sua distribuição, seja por meio de contrato vigente com empresa especializada (ex.: serviços postais) ou por execução direta pela Administração.

11.2.2. Trata-se de contratação correlata, uma vez que, embora não integre o objeto da presente contratação, é essencial para o atingimento do resultado final pretendido, qual seja, a notificação dos contribuintes e a viabilização da arrecadação tributária.

11.3. Sistema de gestão tributária municipal

11.3.1. A execução do objeto depende diretamente da adequada geração e disponibilização, pela Administração, da base de dados dos contribuintes, em formato compatível com o processamento gráfico (arquivos em TXT, PDF variável ou equivalente).

11.3.2. Trata-se de elemento interdependente, tendo em vista que eventuais inconsistências, falhas de layout ou inadequações nos arquivos poderão comprometer a correta execução dos serviços contratados.

11.3.3. Compete à Administração assegurar a integridade, consistência e compatibilidade dos dados fornecidos, de modo a viabilizar o adequado processamento pela contratada.

11.4. A identificação dessas contratações é necessária para o adequado planejamento da contratação, permitindo a mitigação de riscos operacionais e a garantia de que todas as etapas necessárias ao atendimento da necessidade administrativa estejam devidamente estruturadas, em consonância com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1. Com base nas análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a confecção dos carnês de IPTU do exercício de 2026 mostra-se necessária, adequada e viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

12.2. A necessidade administrativa encontra-se devidamente caracterizada, tendo em vista a obrigatoriedade de lançamento e arrecadação do tributo, bem como a inexistência de estrutura própria suficiente para a execução direta do objeto em escala e com a qualidade exigida.

12.3. O levantamento de mercado evidenciou que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa com capacidade técnica para execução integral do serviço, abrangendo o processamento de dados variáveis, impressão e acabamento gráfico, garantindo maior confiabilidade, eficiência e atendimento aos prazos do calendário tributário.



12.4. Restou demonstrado que o não parcelamento do objeto é tecnicamente justificável, em razão da interdependência das etapas produtivas e da necessidade de assegurar a integridade dos dados e a uniformidade do produto final.

12.5. Os requisitos da contratação foram definidos de forma suficiente para garantir a qualidade do objeto e a adequada execução contratual, sem impor restrições indevidas à competitividade, em conformidade com os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

12.6. A contratação está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, proporcionando melhor aproveitamento dos recursos públicos e redução de riscos operacionais.

12.7. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do feito com a elaboração do Termo de Referência e a instauração do competente procedimento licitatório.

Moisés André Souza Amorim

Elaboração do ETP

**ANEXO I - ANÁLISE DE RISCOS**

Nº	Nível de Risco	Descrição do Risco	Ação (Medida Mitigadora)	Etapa da Contratação / Responsável
1	Alto	Inconsistência ou erro na base de dados dos contribuintes fornecida pela Administração	Revisão, validação e testes prévios da base de dados antes do envio à contratada; utilização de arquivos de teste para conferência	Planejamento / Setor de Arrecadação
2	Alto	Falha na mesclagem dos dados variáveis (erro de vinculação entre contribuinte e carnê)	Exigência de amostra (prova de conceito) e validação formal antes da produção em escala	Seleção / Fiscal do Contrato
3	Alto	Atraso na execução e entrega dos carnês, comprometendo o calendário tributário	Definição de prazo contratual compatível; acompanhamento contínuo da execução; aplicação de sanções em caso de descumprimento	Execução / Gestor e Fiscal do Contrato
4	Médio	Baixa qualidade de impressão ou acabamento inadequado	Definição de requisitos mínimos no TR; conferência da amostra; inspeção no recebimento	Seleção e Execução / Fiscal do Contrato
5	Alto	Vazamento ou uso indevido de dados pessoais dos contribuintes	Exigência de termo de confidencialidade; previsão contratual de obrigações LGPD; controle de acesso aos dados	Execução / Gestor do Contrato
6	Médio	Incompatibilidade entre o formato dos arquivos fornecidos e o sistema da contratada	Definição prévia de layout padrão; realização de testes de compatibilidade antes da produção	Planejamento / Setor de Arrecadação
7	Médio	Falhas na logística de entrega (avarias, extravios ou entrega incompleta)	Definição clara de responsabilidade pela entrega; conferência quantitativa e qualitativa no recebimento	Execução / Almoxarifado e Fiscal
8	Baixo	Não retirada das amostras pelos licitantes após o certame	Previsão de prazo para retirada e descarte pela Administração	Seleção / Comissão de Licitação
9	Médio	Falha na conferência do material no recebimento, permitindo aceitação de produtos defeituosos	Estabelecimento de procedimentos formais de recebimento provisório e definitivo	Execução / Fiscal do Contrato
10	Médio	Dependência de contratação correlata (postagem) não estar vigente a tempo	Planejamento prévio da logística de distribuição; verificação de contrato vigente ou providência de nova contratação	Planejamento / Administração



Moisés André Souza Amorim

Moisés André Souza Amorim

Elaboração do Análise de Riscos